



VANESSA SILVA
Sócia da FFA, escritório
membro da Miranda
Alliance

O papel de África na resposta à crise energética

A

24.ª edição do Africa Energy Forum reuniu em Bruxelas vários stakeholders da energia, incluindo representantes de diversos países africanos e da União Europeia, instituições multilaterais, financiadores, investidores e empresas de variados setores envolvidas na instalação, produção e comercialização de todo o tipo de soluções no setor das energias renováveis.

O foco da discussão centrou-se na necessidade de encontrar – urgentemente – soluções que permitam uma transição energética justa e sustentável, com particular enfoque nos países africanos, tendo ficado patente que a guerra na Ucrânia foi o “grito de alerta” que poderá acelerar o investimento em soluções com vista a assegurar o fornecimento de energia (ainda que nem sempre “renovável”), potenciando a transição energética por forma a garantir a sustentabilidade do planeta.

Apesar de existir uma consciência generalizada de que esta transição não se poderá realizar de um dia para o outro – especialmente nos países africanos, que lutam contra problemas mais básicos, como seja a ausência de uma rede de eletrificação em vastas áreas do seu território –, foi possível sentir nos vários debates uma maior consciencialização da necessidade de acelerar este processo. Tal dependerá do apoio que seja prestado aos países africanos – só assim poderão ser verdadeiros parceiros da Europa na transição energética.

Os representantes dos países presentes (incluindo, entre outros, Moçambique, Guiné Equatorial, Quênia, Egito, África do Sul, Senegal) reforçaram a ideia de que não existe uma única solução para “África”, e que, obviamente, as soluções têm de ser estruturadas de forma sustentável, tendo em conta as particularidades de cada país. Foi dado especial destaque aos proje-



Pawel Supernack/Epa

tos de renováveis já em curso em vários países, bem como ao enorme potencial energético do continente, cuja exploração depende, em larga medida, de uma maior capacidade financeira local e de investimento externo.

Ao longo de quatro dias divulgaram-se projetos, discutiram-se problemas e foram até assinados protocolos para o desenvolvimento de soluções concretas – como por exemplo, o acordo de colaboração entre o IFC e a EDM (Eletricidade de Moçambique) para o desenvolvimento de centrais so-

É necessário envolver mais os países africanos na transição energética – e na resposta à crise resultante do conflito na Ucrânia e sanções à Rússia. [... Tem] de haver um verdadeiro apoio e investimento dos países ditos “desenvolvidos”.

lares fotovoltaicas de pequena dimensão e instalações para armazenamento de baterias em Moçambique.

No entanto, de um ponto de vista local – e agora também internacional – mais do que perpetuar a conversa do “enorme potencial dos países africanos”, é imperativo criar condições para o desenvolvimento de projetos concretos, sustentáveis e financeiramente viáveis, garantindo o envolvimento de

todas as partes (incluindo os governos locais), para permitir a implementação dos projetos e garantir que as popula-

ções possam beneficiar dos mesmos e passar a ter acesso a energia limpa e barata.

Não passou despercebido o facto de, tanto a COP 27 como o próximo Africa Energy Forum terem lugar no próximo ano, em países africanos: a COP 27 será no Egito e o AEF no Quênia.

Ficou patente a necessidade de envolver mais os países africanos na transição energética – e na resposta à crise energética resultante do conflito na Ucrânia e sanções à Rússia – e, sobretudo, a necessidade de haver um verdadeiro apoio e investimento dos países ditos “desenvolvidos”, para encontrar soluções que acomodem a nova realidade energética mundial. O futuro parece promissor, passemos então das palavras aos atos. ■